

Exmos. Senhores,

Em anexo, enviamos parecer do SINTAB.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Maria Fragata  
USDL/Serviços Administrativos





## **SINTAB - Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura e das Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabacos de Portugal**

Sede: Av<sup>a</sup>. Cidade de Liverpool, 16, 3<sup>o</sup> Andar 1170-097 Lisboa \* Telef.: 218 855 070 - 919197081 \* Fax: 218 855 089

E-mail: [sintab@sindical.pt](mailto:sintab@sindical.pt) <http://sindicatos.cgtp.pt/sintab/>

Delegação de Leiria – Rua de São Francisco, Bloco 1, 2<sup>o</sup> Piso, E12, Terraços do Marachão, 2400-232 Leiria.

E-mail: [uniaoleiria@usdl.pt](mailto:uniaoleiria@usdl.pt) Telef. 244825756 Telem: 913580789



### **Projecto n.º 965/XV/2.<sup>a</sup> (PCP) Revoga o regime de caducidade da contratação colectiva**

**(Separata n.º 75, DAR, de 07 de Novembro)**

#### **APRECIÇÃO DO SINTAB - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA E DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO BEBIDAS E TABACOS DE PORTUGAL**

O regime da sobrevigência e caducidade da convenção colectiva afirmou-se como uma limitação ao direito fundamental de contratação colectiva e uma inaceitável restrição à liberdade negocial das partes, na medida em que alterou decisivamente o equilíbrio de forças em qualquer negociação, ao colocar nas mãos do patronato um instrumento de pressão intencionalmente destinado a impor a vontade das empresas em detrimento dos direitos e interesses dos trabalhadores.

Estas alterações legislativas conduziram inevitavelmente ao declínio e bloqueio da contratação colectiva, com graves prejuízos para os trabalhadores.

Assim, SINTAB considera fundamental que se proceda à alteração da legislação laboral, de modo a mitigar o desequilíbrio existente nas relações de trabalho e em especial na negociação colectiva, estabelecer alguns equilíbrios que são inerentes ao direito do trabalho e ao exercício da liberdade e da democracia nos locais de trabalho; simultaneamente, o fortalecimento da contratação colectiva é essencial para permitir a livre fixação das condições de trabalho mais adequadas, aumentar os salários, combater a precariedade e, em geral, proteger os direitos dos trabalhadores e dos seus sindicatos.

O SINTAB dá, portanto, o seu inteiro acordo ao presente projeto de lei, que pretende revogar o regime da sobrevigência e caducidade da convenção colectiva, repondo o regime de denúncia que se aplicava anteriormente ao Código do Trabalho de 2003, na certeza de que a sua aprovação vai contribuir para valorização do direito do trabalho e para a substancial melhoria dos direitos dos trabalhadores.

05 de Dezembro de 2023